

Sarney discorda de Arraes

Da sucursal de
BRASÍLIA

A proposta do ex-governador Miguel Arraes, de condicionar o diálogo a fatos concretos e a partir de um consenso inicial, foi entendida pelo presidente do PDS, senador José Sarney, como contraditória em relação ao PMDB, uma vez que o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, "teve a oportunidade de dizer que a resolução do diretório não encerra a faixa de diálogo que pode ser exercida pela agremiação".

Sarney disse que respeita a posição de Arraes, mas não concorda com ela, que é coerente com o passado político do ex-governador de Pernambuco. "Excluir negociação, convivência e diálogo do processo democrático significa que se passará a um jogo de inimizades e de silenciosos monólogos", afirmou.

Já o líder do PDS na Câmara, deputado Cantídio Sampaio, afirmou: "O Arraes está endossando o que já existe e, naturalmente, está jogando para o futuro: assuntos concretos em relação aos quais haja um mínimo de denominadores comuns. Estou com ele. Acho que tem toda a razão".

O deputado Francisco Pinto (BA), membro da Comissão Executiva Nacional do PMDB, informou que a direção do partido não aprovou a proposta de Arraes, "mas apenas deferiu seu encaminhamento à Fundação Pedroso Horta, de estudos políticos e sociais". Acrescentou que o mesmo foi decidido em relação à sugestão do 2º secretário da Executiva, deputado Euclides Scalco (PR), de elaboração de projeto alternativo de governo.

Ulysses Guimarães confirmou, ontem, o envio dos dois documentos à Fundação Pedroso Horta, para exame, juntamente com outros estudos partidários, destinados a servirem de diretriz à campanha de filiação ao partido e à campanha eleitoral de 1982.

No Senado, o ex-líder do PP, Gilvan Rocha (SE), ao sustentar que "nenhum regime autoritário ou que subverte a ordem democrática jamais caiu pelo grito desordenado de grupos opositórios", afirmou que os democratas já não podem permanecer apenas no diagnóstico e na denúncia das dificuldades brasileiras: "Devem montar uma alternativa ideológica, clara, o que pode ser feito no próprio Congresso Nacional".